

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório

Agrupamento de Escolas

Ruy Belo

SINTRA

2016
2017

Área Territorial de Inspeção
do Sul

CONSTITUIÇÃO DO AGRUPAMENTO

| Jardins de Infância e Escolas | EPE | 1.º CEB | 2.º CEB | 3.º CEB | ES |
|---|-----|---------|---------|---------|----|
| Escola Básica Ruy Belo, Queluz, Sintra | | | • | • | |
| Escola Básica de Monte Abraão, Sintra | • | • | | | |
| Escola Básica n.º 2 de Monte Abraão, Sintra | • | • | | | |

1 – INTRODUÇÃO

A Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a autoavaliação e para a avaliação externa. Neste âmbito, foi desenvolvido, desde 2006, um programa nacional de avaliação dos jardins de infância e das escolas básicas e secundárias públicas, tendo-se cumprido o primeiro ciclo de avaliação em junho de 2011.

A então Inspeção-Geral da Educação foi incumbida de dar continuidade ao programa de avaliação externa das escolas, na sequência da proposta de modelo para um novo ciclo de avaliação externa, apresentada pelo Grupo de Trabalho (Despacho n.º 4150/2011, de 4 de março). Assim, apoiando-se no modelo construído e na experimentação realizada em doze escolas e agrupamentos de escolas, a Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) está a desenvolver esta atividade consagrada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 15/2012, de 27 de janeiro.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do Agrupamento de Escolas Ruy Belo – Sintra, realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efetuada entre 9 e 12 de janeiro de 2017. As conclusões decorrem da análise dos documentos fundamentais do Agrupamento, em especial da sua autoavaliação, dos indicadores de sucesso académico dos alunos, das respostas aos questionários de satisfação da comunidade e da realização de entrevistas.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomenta e consolida a autoavaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o Agrupamento, constituindo este documento um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e áreas de melhoria, este relatório oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de ação para a melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa visitou a escola-sede do Agrupamento e os restantes estabelecimentos de educação e ensino que o constituem.

A equipa regista a atitude de empenhamento e de mobilização do Agrupamento, bem como a colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

ESCALA DE AVALIAÇÃO

Níveis de classificação dos três domínios

EXCELENTE – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e muito acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais consolidadas, generalizadas e eficazes. A escola distingue-se pelas práticas exemplares em campos relevantes.

MUITO BOM – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes.

BOM – A ação da escola tem produzido um impacto em linha com os valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. A escola apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes.

SUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola.

INSUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto muito aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes na generalidade dos campos em análise. A escola não revela uma prática coerente, positiva e coesa.

O relatório do Agrupamento e o eventual contraditório apresentado(s) no âmbito da **Avaliação Externa das Escolas 2016-2017** serão disponibilizados na [página da IGEC](#).

2 – CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas Ruy Belo localiza-se na União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão, concelho de Sintra, distrito de Lisboa. É constituído por três estabelecimentos de educação e ensino, anteriormente identificados, sendo a Escola Básica Ruy Belo a sede. Integra o Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) desde 2009-2010. Na Escola Básica n.º 2 de Monte Abraão, funciona uma unidade de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo e na escola-sede existe uma sala de atividades da vida diária, para dar resposta a alunos com currículo específico individual. Foi avaliado em dezembro de 2010, no âmbito do primeiro ciclo de avaliação externa das escolas.

No presente ano letivo, o Agrupamento é frequentado por 186 crianças na educação pré-escolar (nove grupos), 698 alunos no 1.º ciclo do ensino básico (33 turmas), 312 no 2.º ciclo (12 turmas), 385 no 3.º ciclo (15 turmas) e seis no curso vocacional (uma turma), num total de 1587 crianças e alunos, dos quais 17% são estrangeiros, oriundos maioritariamente da Guiné-Bissau, seguindo-se Cabo Verde, Brasil e Angola. Quanto à ação social escolar, 53% dos alunos não beneficiam de auxílios económicos. No que respeita às tecnologias de informação e comunicação, 38% possuem computador e ligação à internet.

Os dados relativos às habilitações dos pais e das mães dos alunos revelam que 8% têm formação de grau superior e 19% possuem o ensino secundário. Quanto à sua ocupação profissional, 8% exercem atividades de nível superior e intermédio.

Dos 147 docentes que desempenham funções no Agrupamento, 82% pertencem aos quadros e apresentam uma experiência profissional correspondente a 10 ou mais anos de serviço. Quanto aos trabalhadores não docentes, com vínculo à Câmara Municipal de Sintra, são 48 assistentes operacionais, sete assistentes técnicos e uma técnica superior (psicóloga). Acrescem duas técnicas especializadas (uma educadora social e uma técnica do serviço social) colocadas ao abrigo do Programa TEIP.

No ano letivo de 2014-2015, para o qual há indicadores contextualizados disponibilizados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, o Agrupamento, quando comparado com as restantes escolas públicas, apresenta valores de variáveis de contexto que o colocam entre os mais desfavorecidos. Refere-se, em particular, a idade média dos alunos, a percentagem dos que não beneficiam dos auxílios económicos no âmbito da ação social escolar, a média do número de anos da habilitação das mães e a percentagem de docentes do quadro.

3 – AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

Considerando os campos de análise dos três domínios do quadro de referência da avaliação externa e tendo por base as entrevistas e a análise documental e estatística realizada, a equipa de avaliação formula as seguintes apreciações:

3.1 – RESULTADOS

RESULTADOS ACADÉMICOS

O Agrupamento sustenta a sua ação no *plano plurianual de melhoria 2014-2017*, elaborado no âmbito do Programa TEIP. O sucesso educativo das crianças e dos alunos, focalizado no progresso das aprendizagens, apresenta-se como um dos eixos de intervenção prioritária, no qual se integram medidas de promoção do sucesso, como o *SOS Matemática*, a *sala de estudo* ou a coadjuvação em sala de aula, na disciplina de matemática dos 2.º e 3.º ciclos, entre outras.

Na educação pré-escolar, procede-se à análise da evolução das aprendizagens de cada criança tendo por referência as áreas de conteúdo das orientações curriculares. A tomada de decisões sobre a ação educativa é fundamentada na observação das crianças, o que permite melhorar a qualidade das respostas educativas e promover o progresso das suas aprendizagens. Periodicamente, é partilhada informação com os pais e encarregados de educação sobre a evolução das mesmas, o que fomenta a sua participação no processo educativo.

A análise dos resultados académicos, ponderados os indicadores para comparação dos mesmos em agrupamentos com valores análogos nas variáveis de contexto, evidencia, em regra, no horizonte temporal de 2012-2013 a 2014-2015, diferenças entre os três ciclos do ensino básico que, no entanto, se esbatem neste último ano letivo.

No 4.º ano de escolaridade, a taxa de conclusão e a percentagem de classificações positivas alcançada na prova final da disciplina de português, que registaram sempre valores aquém do esperado, passaram, em 2014-2015, a posicionar-se, respetivamente, em linha e acima do mesmo. A disciplina de matemática, também com resultados acima do esperado em 2014-2015, espelha uma clara tendência de melhoria ao longo do triénio, que importa manter.

No 6.º ano, destaca-se a evolução da taxa de conclusão que, tendo-se situado em linha com o valor esperado em 2012-2013, alcançou um posicionamento acima nos dois últimos anos do triénio em análise, situação que interessa consolidar. Quanto aos resultados obtidos na avaliação externa de matemática, estes ficaram em linha com o valor esperado em 2014-2015, depois de terem estado, acima e até aquém, o que indicia, globalmente, progressão nos desempenhos dos alunos. Merecem, porém, especial atenção os resultados obtidos na prova final da disciplina de português que permaneceram aquém do esperado durante todo o triénio, denotando um agravamento nessa tendência no último ano.

Em contrapartida, os resultados nas provas finais de português, no 9.º ano, distinguem-se, de forma notória, pela manutenção da sua posição acima dos valores esperados no período em análise. Na disciplina de matemática, a percentagem de classificações positivas situou-se aquém do esperado em 2012-2013 e no ano letivo subsequente, alterando-se este padrão para valores acima, em 2014-2015. Quanto à taxa de conclusão, os resultados revelam uma ligeira descida em 2013-2014, retomando também, no último ano do triénio, valores acima do esperado, à semelhança de 2012-2013.

Embora o Agrupamento, quando comparado com outras escolas públicas, apresente variáveis de contexto que o colocam entre os mais desfavorecidos, os resultados situam-se, globalmente, em linha com o esperado. Todavia, e apesar de se terem registado alguns valores acima, é de realçar a inconsistência em alguns indicadores ao longo do triénio, consubstanciada numa progressão que, por vezes, se evidencia recente. Há, por conseguinte, trabalho sistemático a desenvolver, com vista a promover o sucesso escolar, designadamente no 6.º ano, em termos de avaliação externa, em particular na disciplina de português.

Nesse sentido, impõe-se que a reflexão realizada regularmente pelos órgãos e estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica se recentre no aperfeiçoamento dos processos de ensino e de aprendizagem, monitorizando de forma sistemática a eficácia das estratégias implementadas, em ordem a permitir a readequação das mais consequentes e a alcançar uma melhoria consistente dos desempenhos dos alunos. O aprofundamento dessa análise, numa perspetiva longitudinal (coortes), poderá constituir um importante contributo para facilitar a identificação de fatores internos explicativos das oscilações dos resultados, permitindo, também, avaliar o impacto da ação educativa no percurso académico dos estudantes.

As taxas de qualidade do sucesso, representadas pela percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas, situaram-se no 1.º, 2.º e 3.º ciclos, no ano letivo de 2015-2016, em 84%, 48% e 25%, respetivamente, tendo sido atingidas as metas contratualizadas para os três ciclos, no âmbito do

Programa TEIP. Os cursos vocacionais, no último triénio, apresentaram taxas de conclusão que variaram entre 93% e 100%, o que indicia um trabalho positivo por parte do Agrupamento.

No que concerne ao abandono escolar, nos 2.º e 3.º ciclos, após ter sido nulo entre 2013-2014 e 2014-2015, registou, em 2015-2016, um aumento (4%), em resultado do regresso de famílias imigrantes ao país de origem sem regularizarem o processo de transferência dos seus educandos. No mesmo período, no 1.º ciclo essa tendência inverteu-se, atingindo valores residuais (0,6%).

RESULTADOS SOCIAIS

Na educação pré-escolar e no 1.º ciclo, evidenciam-se dinâmicas de corresponsabilização de crianças e alunos, que integram rotinas diárias, designadamente a marcação de presenças ou a distribuição e recolha de materiais. Embora os delegados participem nos conselhos de turma intercalares e existam alguns mecanismos de auscultação dos alunos dos 2.º e 3.º ciclos, não é manifesto o seu envolvimento, de forma consistente, em assembleias, no sentido de promover o debate de ideias e a tomada de decisões, sobretudo das que visam a melhoria das condições físicas e do ambiente escolar. O desenvolvimento cívico e dos direitos humanos é abordado de forma mais estruturada e participativa na disciplina de oferta complementar através de um projeto criado para o efeito.

Os contributos dos delegados são, em regra, ponderados pelos diretores de turma, porém, sem se evidenciar que o seu papel seja potenciado em pleno junto dos seus pares ou valorizado pelos próprios. Sendo um aspeto merecedor de alguma reflexão, afigura-se pertinente um maior incentivo ao seu envolvimento nas dinâmicas organizacionais, em ordem ao exercício de uma cidadania mais interventiva.

Salienta-se o trabalho em sala de aula subjacente à participação de alunos do 1.º ciclo nas Assembleias de Mini-Presidentes, da iniciativa da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão, que culminam com sugestões de melhoria e que são bem acolhidas por aquela. O projeto de *Requalificação dos Espaços Exteriores*, implementado na Escola Básica de Monte Abraão, no início do presente ano letivo, indicia uma boa adesão por parte de crianças e alunos, bem como da restante comunidade, configurando uma iniciativa bastante válida para replicar na Escola Básica n.º 2 de Monte Abraão e, em particular, na escola-sede. Nesta, a mobilização dos estudantes em ações organizativas do contexto educativo em que se inserem é um desafio que vale a pena abraçar, em ordem à promoção e reforço dos seus laços identitários com o Agrupamento.

De uma forma geral, os alunos revelam conhecer as regras estabelecidas no regulamento interno. Contudo, e não obstante a existência de normas de atuação comuns, especialmente concertadas em conselho de docentes e de turma, permanecem situações perturbadoras do desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem. Considerada a indisciplina uma questão não resolvida, em particular na escola-sede, e constituindo a construção de um clima relacional baseado no conhecimento e no cumprimento das regras uma prioridade na prevenção de comportamentos inadequados, a mesma está contemplada no leque de ações previstas no *plano plurianual de melhoria*.

Foram criados, nesse sentido, os gabinetes *de Apoio ao Aluno* e *de Apoio ao Aluno e Família*, que articulam a sua atuação com os docentes titulares e os diretores de turma, em colaboração com as famílias, particularmente o último. Ainda persistem, porém, ocorrências que culminam na aplicação de medidas disciplinares corretivas e sancionatórias, pelo que se reconhece a necessidade de intensificar, de forma incisiva, a ação preventiva. Relativamente ao primeiro gabinete, criado para receber e acompanhar os alunos a quem foi dada ordem de saída da sala de aula, e no sentido de obter maior eficácia na redução dos casos, nomeadamente dos de reincidência, a sua intervenção é merecedora de uma reflexão mais aprofundada.

Pese embora o investimento na *tipificação das infrações*, no sentido da concertação de procedimentos por parte dos docentes, os comportamentos desajustados são identificados como um problema que continua a prejudicar o processo de ensino e de aprendizagem. Afigura-se, pois, crucial reequacionar as causas da indisciplina, especialmente as que se relacionam com os modos de ensinar e fazer aprender.

De entre o conjunto de valores que se incutem a crianças e alunos, salienta-se o espírito solidário fomentado através de iniciativas de recolha de brinquedos ou de bens alimentares. A adesão a campanhas específicas (donativos no âmbito da UNICEF) concorre também para o seu incremento, sendo algumas delas promotoras, concomitantemente, da consciência ambiental (recolha de tampinhas), que também é reforçada no âmbito do programa Eco-Escolas. Estas áreas apresentam, contudo, margem para potenciar novas dinâmicas, intra e interciclos, envolvendo docentes e ou crianças e alunos na sua conceção e realização.

São promovidas práticas que estimulam a participação das crianças e dos alunos na vida escolar, nomeadamente através de iniciativas ligadas ao desporto e à saúde. Neste âmbito, o Programa de Apoio à Promoção e Educação para a Saúde tem sido implementado em articulação com o centro de saúde que também impulsiona o projeto *Adolescer*. A promoção de hábitos de vida saudáveis e a prevenção de comportamentos de risco são vertentes em que há investimento, com ações desencadeadas no âmbito da higiene, alimentação, sexualidade na adolescência, entre outras.

O Agrupamento possui um conhecimento informal sobre o percurso académico dos seus estudantes após a conclusão do 9.º ano de escolaridade. A implementação de um mecanismo estruturado de recolha de dados, que lhe permita saber o impacto das opções curriculares nas aprendizagens e na adequação da orientação vocacional prestada, é uma potencial área de investimento.

RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE

O grau de satisfação da comunidade educativa auscultada sobre o serviço prestado pelo Agrupamento, através dos questionários aplicados no âmbito do presente processo de avaliação externa, é globalmente positivo. Releva-se, na generalidade, o agrado dos alunos do 1.º ciclo relativamente à escola e dos pais e encarregados de educação quanto à ação desenvolvida na educação pré-escolar, ao incentivo para a obtenção de bons resultados e à disponibilidade dos diretores de turma.

A utilização do computador em sala de aula reúne, nos três níveis de ensino, apreciações pouco favoráveis por parte dos alunos. Nos 2.º e 3.º ciclos, o desagrado manifesta-se também em relação à higiene e limpeza das instalações, ao conforto das salas de aula e ao ambiente escolar. Os aspetos mais positivos surgem em relação ao conhecimento das regras de comportamento e dos critérios de avaliação.

A abertura da escola ao exterior, a disponibilidade da direção e o apetrechamento e funcionamento da biblioteca são os itens em que os trabalhadores revelam maior concordância. Os menores índices de satisfação prendem-se com o comportamento dos alunos, o respeito destes pelos professores e pelos não docentes e a qualidade das instalações.

A cedência de espaços, nomeadamente para a prática desportiva do clube de basquetebol local, corrobora a boa interação com o meio, concorrendo para o desenvolvimento pessoal e social dos atletas, muitos deles ex-alunos do Agrupamento. A reatividade às solicitações apresentadas por alunos da Escola Superior de Educação de Lisboa no âmbito dos respetivos mestrados, ao nível da educação pré-escolar, reforça esse espírito de abertura e de colaboração com entidades externas.

As atividades de animação e apoio à família na educação pré-escolar e de enriquecimento curricular no 1.º ciclo, disponibilizadas em parceria com a Associação Criagente, dão resposta às necessidades da comunidade e concorrem para a formação integral de crianças e alunos. Também o projeto Educação Musical, para os 3.º e 4.º anos de escolaridade, em parceria com a Sociedade Filarmónica local e a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão, é uma mais-valia. É merecedor de destaque, ainda, o projeto *Brinca Comigo*, dinamizado pelas educadoras em sessões de trabalho com as mães e as crianças

até aos três anos de idade, ao concorrer para a integração destas na educação pré-escolar, bem como o projeto OKUPA, direcionado para a ocupação dos alunos nos períodos de interrupção letiva.

Empenhado em revigorar a sua imagem pública, fundada na inclusão, o Agrupamento tem desenvolvido algumas ações intencionais, designadamente a comemoração de efemérides (Natal, desfile de Carnaval) ou o *Piquenique na Ruy Belo*, abertos à comunidade. A heterogeneidade cultural da população escolar pode, porém, ser mais explorada através de iniciativas que intensifiquem a interculturalidade e a partilha de saberes, tradições e costumes.

Através dos quadros de valor e excelência, distinguem-se os resultados académicos e sociais dos alunos, reforçando a sua autoestima e constituindo um incentivo para as aprendizagens. É organizada, anualmente, uma cerimónia pública para entrega dos diplomas nesse âmbito. No 1.º ciclo, a atribuição destes aos alunos finalistas do 4.º ano, na festa de encerramento do ano letivo, constitui outro momento em que se enaltecem os desempenhos. No contexto do Desporto Escolar, as boas prestações individuais e coletivas são valorizadas e também objeto de reconhecimento.

Em síntese, a ação do Agrupamento tem produzido um impacto em linha com os valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes, o que justifica a atribuição da classificação de **BOM** no domínio **Resultados**.

3.2 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

PLANEAMENTO E ARTICULAÇÃO

As reuniões de departamento curricular, na educação pré-escolar, e entre docentes nos restantes níveis de ensino, constituem-se como momento privilegiado para planeamento, reflexão e balanço das dinâmicas desenvolvidas.

O trabalho colaborativo tem vindo a intensificar-se nas várias estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica. Assumido como uma das áreas de intervenção no *plano plurianual de melhoria*, foi alvo da implementação de algumas medidas promotoras dessa ação conjunta, constituindo o projeto *Oficina de Materiais*, no 1.º ciclo, um exemplo representativo. Porém, assenta, frequentemente, em ações informais favorecidas pela estabilidade do corpo docente e pelo bom clima relacional entre pares. Transversalmente, este campo ainda revela margem para melhoria no sentido de cimentar uma cultura de colaboração e de colegialidade com reflexos nas conceções e nas práticas dos docentes. A partilha de materiais pedagógico-didáticos apresenta-se como um procedimento corrente, agilizado pelo recurso ao correio eletrónico.

Identificada como um ponto fraco na anterior avaliação externa, “a frágil gestão e articulação do currículo, que tem limitado a interdisciplinaridade e o desenvolvimento dos saberes transversais”, apresenta-se, igualmente, como um processo em construção. Pese embora a generalidade dos grupos de recrutamento a valorizem e tenha sido objeto de ações no *plano plurianual de melhoria*, carecem de aprofundamento as atividades previstas para a sua concretização, perspetivando o desenvolvimento de aprendizagens consistentes e a sustentação dos percursos escolares dos alunos. É na disciplina de português que se evidencia um trabalho mais estruturado, em termos de desenvolvimento sequencial do currículo e que importa consolidar. A descontinuidade da ação *Articulação entre a matemática e a físico-química* e a abordagem, positiva mas pontual, de conteúdos em temáticas específicas, como a história e a geografia, a matemática e as ciências, indiciam que esta se mantém uma área a merecer atenção, por forma a tornar as aprendizagens mais significativas.

Afigura-se, pois, pertinente sistematizar práticas de gestão articulada das orientações curriculares e do currículo sustentadas num planeamento estruturante e orientador, concretizando-se de modo intencional, em ordem a que cada etapa de aprendizagem aprofunde e complete a anterior, garantindo,

assim, a sequencialidade e a unidade global das aprendizagens ao longo dos níveis de educação e ensino. A generalização dessa prática, perspetivando uma gestão intra e interdisciplinar, concorrerá para potenciar a complementaridade dos saberes das diferentes disciplinas e reforçar as sinergias entre os diferentes grupos de recrutamento e departamentos curriculares.

Ainda que o plano anual de atividades contemple um conjunto diversificado de iniciativas, não confere plena visibilidade às de cariz interdisciplinar e que se circunscrevem, essencialmente, à comemoração de efemérides, exposições ou visitas de estudo. Estas últimas contribuem, no âmbito de algumas disciplinas, para a contextualização do currículo, enriquecendo as experiências de aprendizagem. Embora seja de relevar, este aspeto tem margem para melhoria.

Os planos de turma analisados não evidenciam, ao nível da operacionalização, uma efetiva articulação horizontal do currículo, que potencie abordagens mais integradas e globais dos conteúdos. Ao não incluírem as modalidades e os instrumentos de avaliação privilegiados podem comprometer a sua importância no planeamento da ação educativa, bem como a eficácia da coerência entre ensino e avaliação. Não se configuram, igualmente, como instrumentos em que se explicitem as estratégias de diferenciação pedagógica ou em que se monitorize o desenvolvimento do currículo. Há, assim, trabalho a fazer neste âmbito, no sentido de lhes conferir um efetivo valor instrumental, com vista a tornar mais eficazes as decisões tomadas pelos conselhos de docentes e de turma, bem como monitorizar o seu impacto nos desempenhos dos alunos.

Nos momentos de transição entre níveis de educação e ensino, e entre estabelecimentos do Agrupamento, tem vindo a ganhar terreno a transmissão de informação pertinente, quer sobre as aprendizagens das crianças na educação pré-escolar, quer sobre o perfil e o percurso escolar dos alunos do 4.º ano de escolaridade, reforçada por iniciativas que visam a integração dessas crianças e alunos nos novos espaços a frequentar no ciclo de escolaridade em que ingressam. A iniciativa *Uma Manhã na Ruy Belo* dinamizada pelos docentes do 2.º ciclo para os alunos do 4.º ano é disso exemplo.

Encontram-se algumas evidências de um trabalho articulado, com enfoque, sobretudo, nas ações comemorativas e nas estratégias a desenvolver, entre os docentes titulares de grupo e de turma e os dinamizadores das atividades de animação e apoio à família da educação pré-escolar e de enriquecimento curricular do 1.º ciclo, nos processos de planificação e de acompanhamento das mesmas.

PRÁTICAS DE ENSINO

A mobilização de recursos para implementar respostas educativas eficazes para crianças e alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente é um aspeto merecedor de realce. Sublinha-se o trabalho articulado entre os intervenientes que integram as diversas estruturas de apoio e entidades externas em diferentes valências, favorecedor de dinâmicas de inclusão e de que a cinoterapia é exemplo, numa linha de acompanhamento sistemático das problemáticas referenciadas. As práticas desenvolvidas revelam, no último triénio, nos 1.º, 8.º e 9.º anos de escolaridade, taxas de sucesso pleno. Contudo, os valores respeitantes aos restantes anos apontam para a necessidade de uma intervenção mais profícua ao nível do acompanhamento e da monitorização dos programas educativos individuais desses alunos.

A diferenciação pedagógica é, em regra, visível nas situações em que existe coadjuvação em sala de aula e apoio individualizado, bem como na ação desenvolvida com os alunos com necessidades educativas especiais. Outros exemplos válidos se podem referenciar como o estudo autónomo aplicado em algumas turmas do 1.º ciclo ou o trabalho entre pares. Importa impulsioná-la, de forma generalizada, com vista ao maior envolvimento de crianças e alunos na construção do seu próprio saber e a aumentar a eficácia educativa.

Sublinhe-se o projeto *Português Língua Não Materna*, no âmbito do Programa TEIP, direcionado para alunos do 1.º ciclo, provenientes de outros países e que se focaliza na melhoria dos níveis de proficiência linguística, através de uma pedagogia diferenciada face às necessidades curriculares por aqueles evidenciadas. Na mesma linha, de integração e de trabalho, destaca-se o projeto de *Acolhimento* para os alunos dos 2.º e 3.º ciclos, com a criação de *Turmas Ano Zero*, desenvolvido pelos professores das diversas disciplinas em articulação com um docente do 1.º ciclo.

Constatam-se algumas práticas positivas de recurso à metodologia experimental, nos diferentes níveis de educação e ensino, favorecendo atitudes positivas face à ciência. Esta vertente, identificada no anterior relatório de avaliação externa como um ponto fraco, designadamente no 1.º ciclo, registou progressos, sendo proporcionados, mensalmente, momentos de componente experimental na disciplina de oferta complementar. Porém, não fica patente que estas práticas sejam concretizadas, com a regularidade desejável, em todos os anos de escolaridade.

No que concerne ao domínio das metodologias ativas, alicerçadas na descoberta e na resolução de problemas, consubstanciando-as em experiências de aprendizagem indutoras de um maior envolvimento das crianças e dos alunos na construção do próprio saber, há que investir no sentido da sua consolidação e de as tornar menos dependentes da iniciativa de cada docente.

A vertente artística e a criatividade evidenciam-se, em regra, nos diversos contextos educativos. Impulsionadas através do projeto de Educação Musical, nos 3.º e 4.º anos de escolaridade, e dos clubes de *Música* e de *Teatro* existentes, manifestam-se também na exposição de trabalhos realizados por crianças e alunos nos diversos espaços escolares. Releva-se, igualmente, a importância conferida pelos responsáveis ao espírito criativo de um assistente operacional que, na escola-sede, personalizou uma das paredes exteriores do edifício, através de um mural. O alargamento desta iniciativa a alunos configura uma oportunidade para reforçar o seu sentido de pertença e de identidade com o Agrupamento.

As bibliotecas escolares desempenham um papel importante na promoção de diferentes níveis de literacia e de trabalho autónomo, bem como na dinamização de um leque diversificado de atividades mobilizadoras da comunidade escolar. Apresentam-se como espaços privilegiados para articulação com as diversas disciplinas. A valorização das potencialidades dos estudantes materializa-se no estímulo conferido à sua participação em concursos, como *Soletração* ou *Tabuada e Literacia*, ou em iniciativas com reconhecimento nacional, como as Olimpíadas da Biologia Júnior e Fisiquimania.

Quanto ao recurso às tecnologias de informação e comunicação em sala de aula, enquanto ferramentas potencialmente impulsionadoras de aprendizagens significativas e de atividades estimulantes para os alunos, há trabalho a fazer neste campo, em ordem a que não constituam um veículo de simples apresentação de conteúdos. O reduzido número de quadros interativos disponíveis limita a sua utilização como ferramenta pedagógica indutora de maior dinamismo educativo.

O acompanhamento do trabalho docente recai, de forma expressiva, na verificação do cumprimento dos programas, na aplicação dos critérios de avaliação e na análise dos resultados académicos. Não existe, com propriedade, um conhecimento das práticas letivas e a conseqüente ponderação sobre a eficácia das mesmas. Ainda que seja reconhecida a importância dos mecanismos de supervisão daquelas em sala de atividades/aula, os mesmos não são assumidos enquanto estratégia formativa, potenciadora da reflexão sobre a ação, da partilha de experiências e dos saberes profissionais. Há, porém, indícios de abertura à sua implementação, perspetivando-se, numa fase inicial, que se realize entre os próprios coordenadores de departamento curricular, numa linha de dinamização do processo de supervisão colaborativa e como exemplo junto dos pares, o que se releva. Esta é uma área a merecer maior investimento em prol de uma maior eficácia do ensino e da qualidade das aprendizagens.

Na educação pré-escolar, os momentos de reflexão realizados com as crianças e que integram as rotinas inerentes às atividades educativas constituem uma prática regular e valorizada, o que é um aspeto a salientar. No entanto, as práticas de análise e de partilha de técnicas e instrumentos de observação e de registo da evolução das aprendizagens das crianças, com implicações significativas no planeamento intencional, apresentam-se como aspetos a explorar de forma mais consistente e colaborativa entre educadoras.

Nos restantes níveis de ensino, são utilizadas as diferentes modalidades avaliativas e diversificados os instrumentos aplicados, promovendo a coerência entre ensino e avaliação. O princípio da transparência é assegurado na divulgação dos critérios de avaliação, nas diferentes disciplinas e anos de escolaridade, junto dos alunos e dos pais e encarregados de educação. Não obstante o trabalho desenvolvido no sentido da sua uniformização, aqueles incidem mais nas ponderações de classificação, do que no que se espera dos alunos em termos das suas aprendizagens. Há, por conseguinte, margem para progressos na definição dos perfis de desempenho correspondentes aos níveis de classificação que constituem um referencial claro do processo avaliativo, de modo a assegurar-se um papel ativo aos estudantes na regulação das próprias aprendizagens, à semelhança do que fazem no domínio da cidadania.

Os procedimentos avaliativos alicerçam-se, em regra, no trabalho dos professores que lecionam a mesma disciplina ou ano de escolaridade. Releva-se a importância conferida, de modo transversal, à avaliação diagnóstica e à autoavaliação. Quanto à vertente formativa, pese embora alguns exemplos válidos, e ser referenciada pelos docentes como modalidade, regular, de prestação de informação de retorno aos alunos sobre o caminho que têm de percorrer na melhoria dos seus desempenhos, esta apresenta-se como um campo a merecer generalização e maior sistematização. Importa, também, que a mesma sirva, de modo consolidado, para potenciar a reflexão dos docentes sobre as metodologias que utilizam e o seu reajuste, sempre que necessário.

Registam-se evidências de práticas colaborativas de construção de instrumentos para a avaliação diagnóstica, de matrizes e, nalguns casos, de testes comuns, dinâmicas que têm registado uma progressão que importa intensificar e alargar, no sentido de contrariar alguns focos de trabalho individualista que persistem. A aferição dos instrumentos avaliativos, que concorre para a uniformização do grau de exigência em cada área curricular e para o aumento da confiança na avaliação interna, é uma área a reforçar de modo a garantir o rigor e a equidade, bem como a validade e a fiabilidade desse processo.

O ensino e a aprendizagem são também monitorizados pela análise dos resultados, reforçada pela integração no Programa TEIP, que tem concorrido para a implementação de diversas medidas de promoção do sucesso escolar. A monitorização da respetiva eficácia, consubstanciada em indicadores de eficiência pertinentes, poderá ser claramente potenciada, em ordem a um progresso consolidado dos resultados. As taxas de sucesso dos alunos com apoio educativo revelam, globalmente, uma melhoria da sua eficácia. No entanto, nos 4.º e 7.º anos de escolaridade, indiciam a necessidade de repensar a forma como os mesmos são implementados e como se articulam com o trabalho em sala de aula.

Atendendo às especificidades da população escolar e no sentido do incremento do sucesso e da prevenção do abandono, o Agrupamento tem diversificado, ao longo dos anos, a oferta formativa. Para a prevenção e acompanhamento dos casos de abandono e de absentismo escolares, tem sido importante o trabalho realizado pelo professor titular/diretor de turma com os alunos em situações de risco e as respetivas famílias, sempre em estreita articulação com o *Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família*. O trabalho em rede com os agentes da Polícia de Segurança Pública – Escola Segura e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sintra é também fulcral.

Em suma, a ação do Agrupamento tem produzido um impacto em linha com os valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Apresenta

uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes, o que justifica a atribuição da classificação de **BOM** no domínio **Prestação do Serviço Educativo**.

3.3 – LIDERANÇA E GESTÃO

LIDERANÇA

O estilo de liderança da diretora, em exercício de funções desde 2013-2014, é percecionado pelos profissionais como acessível e dialogante, orientando a sua ação por princípios humanistas e para a resolução dos problemas do quotidiano escolar. A sua equipa é empenhada e conhecedora das dimensões educativa e organizacional. O compromisso e a motivação evidenciados pelos trabalhadores são potenciadores de um clima positivo e de uma boa interação humana e profissional.

Os diferentes patamares de liderança são valorizados, sendo-lhes conferida margem de intervenção nas respetivas áreas, num quadro de corresponsabilização. É ao nível do delinear de estratégias e de processos que produzam impactos consistentes na melhoria dos resultados académicos que o maior desafio se coloca a estas estruturas educativas.

O conselho geral, atendendo às competências que lhe estão cometidas e em sintonia com os restantes órgãos e estruturas, desenvolve a sua ação e o trabalho a realizar em moldes colaborativos. Todavia, numa perspetiva de consolidar a sua atuação, importa que assuma uma postura mais crítica na discussão e na aprovação dos documentos estruturantes.

Estes apresentam fragilidades que podem comprometer o seu valor instrumental ao nível da organização e do planeamento. O projeto educativo, a partir da identificação de *aspetos positivos, a melhorar, oportunidades e ameaças* define áreas estratégicas. Porém, os compromissos a prosseguir ao nível pedagógico, organizacional e com a comunidade educativa encontram-se elencados sem estabelecer conexão explícita com o projeto TEIP. Não se encontrando suportados em indicadores de eficiência, claros e fiáveis, nem apresentando formas de operacionalização e mecanismos de monitorização dos processos, o apuramento de desvios e das respetivas causas fica dificultado, assim como a identificação de medidas preventivas e ou corretivas e, por conseguinte, a sua eficácia enquanto instrumento orientador da ação educativa.

O plano anual não estabelece uma correlação inequívoca entre a intencionalidade subjacente a cada uma das atividades nele propostas e as metas e os objetivos definidos no projeto educativo, pelo que esse enquadramento poderá ser claramente melhorado. Não explicita o modo como aquelas são avaliadas e o impacto esperado na melhoria das aprendizagens e dos resultados, pelo que esta é também uma vertente com margem de progresso. Assim, a coerência interna entre os documentos estruturantes, com vista a espelhar uma visão estratégica e uma intencionalidade transversal nas práticas de ensino e nas dinâmicas escolares, apresenta-se como área de melhoria.

Sublinha-se o diálogo positivo com a Câmara Municipal de Sintra e a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão, bem como as sinergias com as mesmas, estabelecidas em torno de iniciativas diversas e pertinentes. Releva-se, igualmente, a relação de reciprocidade estabelecida com o centro de saúde. A abertura ao meio fica também patente no estabelecimento de uma rede ativa de parcerias com diversas entidades e instituições, em áreas-chave de intervenção, viabilizando respostas contextualizadas às necessidades educativas e à inclusão.

É de destacar a receptividade da diretora às oportunidades que, transversalmente, reforçam as dinâmicas escolares e se repercutem no desenvolvimento integral de crianças e alunos. No entanto, a intensificação de protocolos de colaboração, designadamente com instituições do ensino superior, poderá configurar um bom ponto de partida para o fortalecimento da qualidade da ação educativa.

Identificam-se, por parte do Agrupamento, atividades promotoras do diálogo com as famílias e do acompanhamento do processo educativo dos respetivos educandos (receção no início do ano letivo aos pais e encarregados de educação dos alunos do 5.º ano de escolaridade, sessões de sensibilização e palestras sobre temáticas pertinentes, *Chá com Letras*). Revestem um trabalho que reforça a interligação daquelas com a escola, mas, não obstante o empenho do corpo docente, designadamente dos diretores de turma e das técnicas do *Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família*, continuam com margem para investimento. É de realçar a abertura da direção à colaboração do Núcleo de Associações de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas Ruy Belo (NAPARB) que se tem feito notar, entre outros aspetos, na dinamização de diversas atividades (Dia do Desporto, Estendal Solidário, Arraial, entre outras).

A promoção de iniciativas favorecedoras do sentido de pertença e da construção de uma identidade e de uma cultura próprias encontra nas comemorações do *Dia do Patrono* o seu momento mais emblemático.

GESTÃO

A distribuição do serviço docente denota coerência com o objetivo de melhoria organizacional, havendo empenho na aplicação da continuidade pedagógica em cada ciclo, favorecido pela estabilidade dos trabalhadores. Princípio este extensivo ao cargo de diretor de turma. Sempre que possível a afetação aos cargos e funções atende ao perfil dos mesmos, numa perspetiva de racionalização dos recursos e tentando conciliar as suas motivações.

A planificação do ano escolar assenta em critérios e princípios orientadores definidos nos documentos estruturantes. A direção faz a gestão dos espaços e materiais procurando atender às necessidades formativas e educativas. No entanto, registam-se assimetrias, especialmente, no que diz respeito à distribuição dos equipamentos informáticos nas escolas, tratando-se de uma área que merece ser repensada, a fim de se estabelecer uma cultura de igualdade de oportunidades. Mais visível ao nível de dinâmicas do que de recursos, a partilha entre a escola-sede e as restantes unidades é uma prática que proporciona a crianças e alunos experiências escolares diversificadas.

A otimização dos circuitos de informação e comunicação interna, enquanto vertente de intervenção prioritária também preconizada pelo projeto educativo, revelou-se um aspeto menos conseguido. Não obstante o correio eletrónico ser privilegiado, não se verificou o investimento na criação de endereços institucionais, verificando-se a redundância de informações em suporte de papel. A plataforma *Moodle*, enquanto suporte logístico na partilha de documentação e de materiais didáticos, apresenta-se com margem para ser mais explorada, com vista à melhoria da qualidade das aprendizagens.

Ainda que o recurso às redes sociais esteja a ganhar terreno na divulgação de iniciativas, o portal do Agrupamento, enquanto canal digital para a publicitação de documentos orientadores da ação educativa, da oferta formativa, dos projetos e das iniciativas desenvolvidas, não se encontra potenciado. Revela-se pouco apelativo nos seus propósitos, pelo que, numa perspetiva mais estruturada e atualizada, carece de melhoria, com vista à promoção da imagem externa do Agrupamento e do reconhecimento da qualidade do serviço prestado.

A gestão dos trabalhadores não docentes, da responsabilidade da câmara municipal, tem subjacente uma articulação positiva com a direção. Na escola-sede, a distribuição do serviço aos assistentes operacionais é feita com o apoio da encarregada operacional, de modo a aliar o perfil do trabalhador e as suas competências profissionais às tarefas, e a garantir o bom funcionamento dos setores. O espírito colaborativo entre pares é extensível aos serviços administrativos, que proporcionam capacidade de resposta às diferentes solicitações dos utentes. Não sendo prática, nestes, a monitorização da qualidade do serviço prestado, esta reveste-se como um potencial campo de investimento.

O ambiente educativo, alicerçado em relações interpessoais positivas, resulta do empenho da generalidade dos docentes e não docentes no exercício das respetivas funções, em sintonia com os diferentes patamares de liderança. Os assistentes técnicos e operacionais sentem-se reconhecidos e apoiados pela direção e, em termos gerais, pelo corpo docente, sendo também implicados em iniciativas socioculturais que este dinamiza.

As necessidades formativas são identificadas num plano organizado com base na auscultação dos profissionais. Embora existam iniciativas inter pares de disseminação dos conhecimentos adquiridos e de formação interna, numa linha de rendibilização dos recursos humanos existentes, não lhes é dada ênfase no mesmo, aspeto que merece ser melhorado. A otimização das competências adquiridas observa-se na afetação de docentes a determinados cargos e projetos. Neste domínio, a avaliação do seu impacto nas práticas dos profissionais é uma área a investir.

AUTOAVALIAÇÃO E MELHORIA

O Agrupamento, mantendo a equipa anteriormente constituída para o efeito, deu continuidade, em 2010, ao diagnóstico organizacional anteriormente iniciado, centrando-se nos domínios do quadro de referência usado pela Inspeção-Geral da Educação e Ciência no primeiro ciclo de avaliação externa das escolas e sustentando o trabalho na metodologia CAF – *Common Assessment Framework*. Embora identificados os pontos fracos no relatório produzido, o *plano de ação de melhoria* foi construído no âmbito do Programa TEIP. Paralelamente, e na prossecução de rotinas pedagógicas instituídas, o tratamento e a análise dos resultados académicos, bem como a avaliação de documentos lavrados nos vários órgãos e estruturas educativas, eram uma prática usual.

Em 2013-2014, com a alteração da direção e, no sentido de superar o ponto fraco identificado na anterior avaliação externa, “a não inclusão de outros elementos da comunidade educativa, para além de docentes...”, foi criado um novo grupo de trabalho para a autoavaliação que passou, também, a incorporar representantes dos pais e encarregados de educação, dos docentes e não docentes e da comunidade educativa. Com as alterações ocorridas na constituição da equipa de avaliação do projeto TEIP, a diretora atribuiu à de autoavaliação a monitorização dos indicadores inscritos nas ações de melhoria preconizadas no *plano plurianual*, concebido no âmbito daquele. Foi ainda cometida às atribuições desta última, a monitorização das medidas desenvolvidas no Agrupamento, decorrentes da ação de acompanhamento promovida pela Inspeção-Geral da Educação e Ciência, entre janeiro e julho de 2014. Subsequentemente, foi elaborado, com a colaboração da consultora externa, um novo *plano plurianual de melhoria* para o horizonte temporal 2014-2017, onde ficam visíveis reajustamentos em algumas das ações anteriormente implementadas, a supressão de outras e a introdução de novas.

No final do ano letivo de 2013-2014, por iniciativa da direção, foi ainda aplicado um inquérito por questionário, em resposta aberta, aos pais e encarregados de educação, para que enumerassem *dois pontos fortes* e *dois fracos* do funcionamento do Agrupamento. A equipa de autoavaliação circunscreveu a sua atuação, ao longo de 2014-2015, ao tratamento desses dados e à respetiva análise, tendo o resultado sido apresentado em conselho pedagógico.

Em 2015-2016, considerando a monitorização feita aos resultados académicos e às ações do *plano plurianual de melhoria*, a direção encaminhou o processo autoavaliativo para os domínios *Ensino e Aprendizagem* e *Cultura de Escola*. Com margem de autonomia para concretizar a tarefa, a equipa de autoavaliação optou por otimizar a formação realizada por dois dos seus elementos e aplicar o modelo *Perfil de Autoavaliação da Escola*. Definidas as respetivas áreas de análise, os questionários elaborados foram aplicados a alunos, docentes, não docentes e pais e encarregados de educação. Os pontos fortes e as áreas a melhorar identificados foram apresentados em conselho pedagógico. A equipa decidiu pela não elaboração de um plano de melhoria, por considerar que já estava a ser implementado o *plano plurianual* e o projeto educativo estar a finalizar o respetivo período de vigência. Nesse sentido, cingiu a

sua ação ao envio dos dados apurados ao grupo de trabalho a quem foi cometida a revisão deste documento orientador.

Na senda do diagnóstico organizacional, a incumbência da equipa de autoavaliação, no presente ano letivo, assenta na aplicação de inquéritos por questionário à comunidade educativa, no domínio *A Escola e o Meio (Serviços Escolares)*, dando continuidade à aplicação do modelo anteriormente adotado.

Acresce ainda o facto de, concomitantemente, surgirem, com regularidade, informações com cariz autoavaliativo veiculadas por outras fontes (conselhos de turma, bibliotecas escolares, entre outras), pelo que este se apresenta como um outro aspeto a ter em consideração. O comprometimento com a regulação da própria autoavaliação afigura-se um requisito fundamental para conhecer com maior precisão o rumo a tomar e o que melhor se adequa a um desenvolvimento sustentado. É, igualmente, importante que, neste quadro, consubstanciado numa lógica de autorregulação sistemática, além do envolvimento das lideranças, não seja descurado o de outros elementos da comunidade educativa, numa linha de corresponsabilização alargada e de congregação de esforços, em ordem à apropriação das medidas a implementar e em prol da melhoria.

Pese embora o trabalho meritório empreendido, perante o caminho que o Agrupamento tem estado a percorrer para construir uma cultura de autoavaliação, o repto que se lhe coloca e onde importa incidir esforços assenta no estabelecimento de procedimentos autoavaliativos agregadores, integrados num planeamento estratégico, de modo a aumentar a fiabilidade e a consistência do processo desenvolvido. A indução de sinergias entre os planos pedagógico e organizacional, é crucial, para alicerçar, com coerência, as decisões tomadas, garantindo o progresso sustentado e reforçando os efeitos no planeamento, na gestão das atividades e nas práticas profissionais.

Em resumo, a ação do Agrupamento tem produzido um impacto em linha com os valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **BOM** no domínio **Liderança e Gestão**.

4 – PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA

A equipa de avaliação realça os seguintes pontos fortes no desempenho do Agrupamento:

- O trabalho desenvolvido com as famílias, em articulação com o *Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família*, na identificação e no acompanhamento de alunos em situação de risco, com reflexos na prevenção e na minimização do abandono e do absentismo escolares;
- A ação concretizada no âmbito da educação especial, favorecedora de dinâmicas de inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais;
- As iniciativas desenvolvidas pelas bibliotecas fomentando a articulação com as diversas disciplinas e potenciando o desenvolvimento de competências de literacia, de pesquisa e do trabalho autónomo;
- O estabelecimento de uma rede de parcerias em áreas-chave de intervenção e a recetividade dos responsáveis às oportunidades que, transversalmente, viabilizam respostas contextualizadas às necessidades educativas e se repercutem no desenvolvimento integral de crianças e alunos;
- O ambiente de trabalho alicerçado em relações interpessoais positivas, fruto do empenho da generalidade dos docentes e não docentes no exercício das respetivas funções.

A equipa de avaliação entende que as áreas onde o Agrupamento deve incidir prioritariamente os seus esforços para a melhoria são as seguintes:

- O aprofundamento da reflexão sobre os processos de ensino e de aprendizagem, monitorizando de forma sistemática a eficácia das estratégias, em ordem a alcançar uma melhoria consistente dos desempenhos dos alunos;
- A gestão articulada do currículo, realizada de forma intencional e consubstanciada num planeamento estruturante e orientador, no sentido de garantir a sequencialidade e a unidade global das aprendizagens ao longo dos níveis de educação e ensino;
- A generalização das práticas de diferenciação pedagógica em sala de atividades/aula, intensificando a diversificação de estratégias, as metodologias ativas e a avaliação formativa, de modo a proporcionar aprendizagens significativas e a aumentar a eficácia educativa;
- O investimento na observação da prática letiva em sala de atividades/aula, numa linha de supervisão colaborativa entre pares, em que a reflexão sobre a ação e a partilha de experiências e dos saberes profissionais sejam rentabilizados;
- A coerência entre os documentos estruturantes, com vista a fortalecer o seu valor instrumental e a espelhar claramente uma visão estratégica e uma intencionalidade transversal nas práticas de ensino e nas dinâmicas escolares;
- O investimento na comunicação de modo a que, assegurando a divulgação eficaz da informação relevante junto de toda a comunidade educativa, seja promotora da imagem externa do Agrupamento e do reconhecimento da qualidade do serviço prestado;
- O estabelecimento de procedimentos autoavaliativos agregadores, integrados num planeamento estratégico, de modo a alicerçar, com coerência, as decisões tomadas, garantindo o progresso sustentado do Agrupamento.

13-03-2017

A Equipa de Avaliação Externa: Ana Matela, Cândido Peres e Maria João Pereira